



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

## POLÍTICA E RELIGIÃO: A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Luana Reis Andrade<sup>1</sup>  
Luci Faria Pinheiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Diante do aumento crescente dos evangélicos nas últimas décadas e de sua inserção no processo político, o artigo busca compreender a atuação da *Frente Parlamentar Evangélica*, através da análise documental. Argumenta-se que o grupo apresenta uma identificação com as pautas da direita que crescem no mundo, e que se manifestam no Brasil com certa preocupação das forças democráticas.

**Palavras-chave:** Religião; Pentecostalismo; Política; Conservadorismo.

**Abstract:** In view of the growing number of evangelicals in recent decades and their insertion in the political process, the article seeks to understand the work of the Evangelical Parliamentary Front through documentary analysis. It is argued that the group shows an identification with the right-wing regimes that grow in the world, and that they manifest in Brazil with some concern of the democratic forces.

**Keywords:** Religion; Pentecostalism; Politics; Conservatism.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, o número de cristãos evangélicos vem sofrendo uma grande expansão, sendo os neopentecostais os responsáveis por este fenômeno. Tal crescimento causou alterações no campo religioso brasileiro e contribuiu para uma reconfiguração da esfera pública, tendo em vista a apropriação, por parte deste grupo, de meios de comunicação de massa<sup>3</sup> e também do crescente ativismo político. Assim, seus representantes vêm alcançando cada vez mais posições de destaque, ao defender pautas relacionadas a questões morais, aos *valores da família*, bem como do combate ao *comunismo* e aos movimentos de esquerda, refletindo o avanço do conservadorismo e suas formas específicas, sobretudo nas últimas eleições presidenciais. Diante disso, o presente artigo busca analisar as ideias centrais que mobilizam os evangélicos no cenário político brasileiro, com sua defesa do poder da religião no Estado em detrimento do Estado laico.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: luanandrade04@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, E-mail: luanandrade04@gmail.com.

<sup>3</sup> Diversas igrejas são proprietárias de canais de TV aberta e programas de rádio, ou ainda investem em tele-evangelismo. É o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Assembléia de Deus, entre outras.

Por meio de uma revisão bibliográfica, recuperamos a trajetória histórica desse segmento religioso, analisando a relação entre o protestantismo, o pentecostalismo e neopentecostalismo no Brasil. Posteriormente, foi feita a análise de dois documentos pertinentes à atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional, no intuito de identificar as ideias e conceitos presentes, que podem fornecer pistas dos interesses defendidos por este grupo: o Estatuto da FPE e o “Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros”, um documento de 2018, que contém as diretrizes da legislatura que se iniciou em 2019.

Em tempos de ataques severos aos frágeis direitos sociais conquistados no país, ao mesmo tempo em que se assiste ao avanço dos segmentos ultraconservadores da sociedade, tendo na política seus representantes que, através do fundamentalismo religioso, defendem a *moral* e os *valores da família* (baseados em sua fé), desprezando o princípio de laicidade do Estado, torna-se fundamental e urgente analisar e refletir sobre este processo e seus rebatimentos na sociedade, e na própria democracia.

### **Breve histórico no pentecostalismo no Brasil**

De acordo com Rolim (1985), o protestantismo histórico no Brasil preparou terreno para o estabelecimento e desenvolvimento da religião pentecostal. As primeiras igrejas pentecostais no país foram a Congregação Cristã do Brasil, fundada em São Paulo, em 1910, e a Assembleia de Deus no Pará, em 1911. Ambas eram baseadas na experiência dos grupos brancos estadunidenses, que estava marcada pela separação clara entre o religioso e o social. Os novos convertidos deveriam abster-se das reivindicações sociais, não por omissão, mas como recusa, o que encaminhou os crentes para um horizonte a-histórico. Enquanto segmentos da burguesia e altos setores da classe média seguiam o protestantismo, o setor cafeicultor e a classe média permaneceram no catolicismo. Os setores populares das classes dominadas foram o alvo dos pentecostais, que se dirigiam diretamente a eles desde o início. O grupo valorizava a cultura oral, em detrimento de uma formação mínima anterior ao exercício de cargos de liderança, ou seja, já não seria necessário frequentar seminários, desde que se tivesse o “dom da palavra”.

Não basta dizer que os crentes, além de pertencerem às suas igrejas, trabalham na sociedade, exercendo profissões em geral menos qualificadas. Importa ainda observar que estas profissões são socialmente determinadas, dentro de um sistema de produção determinado, o sistema capitalista. (...) digamos que o sistema capitalista, ao mesmo tempo que desperta nas camadas pobres aspirações para vida melhor, restringe-lhes as oportunidades de efetivação. Assim, quando se diz que eles exercem profissões de carpinteiros, de pedreiros, etc., não se trata apenas de profissões distintas e menos qualificadas. Trata-se ainda de um bloqueio, de uma determinação advindos de um estreitamento de atividades em face de aspirações a bens materiais e não materiais, o que constitui uma forma de dominação. (ROLIM, 1985, p. 235)

Os fiéis deveriam, portanto, continuar exercendo suas atividades profissionais, mantendo distância das reivindicações sociais e dos questionamentos sobre a pungente realidade dos operários.

De acordo com Mariano (1996), posteriormente surgem as igrejas do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955), Deus É Amor (1962), Casa da Bênção (1964), sendo as três primeiras em São Paulo e a última em Minas Gerais. Com o discurso baseado na cura divina, uso de rádio e cultos itinerantes, houve a expansão do pentecostalismo no país.

Mas é na segunda metade da década de 1970 que tem origem o movimento neopentecostal, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (1977, no Rio de Janeiro), Internacional da Graça de Deus (1980, também no Rio de Janeiro), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, em Goiás) e Renascer em Cristo (1986, em São Paulo), dentre várias outras de menor expressividade. E enquanto as primeiras igrejas pentecostais brasileiras eram caracterizadas pelo *anticatolicismo*, pela ênfase no dom de línguas, por radical intolerância, práticas austeras e comportamentos disciplinados de rejeição ao mundo, os neopentecostais não adotam tais costumes, ao contrário, mostram grande acomodação, participam da política partidária e utilizam intensamente as mídias eletrônicas. Além disso, dão grande ênfase à guerra espiritual contra o Diabo, relacionando-o com outras religiões, principalmente as de matrizes africanas, e difundem a Teologia da Prosperidade, defendendo que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos. (MARIANO, 1996)

Mas tal mudança não se deu ao acaso, sendo produto do contexto econômico, social e político. Embora os fiéis pentecostais pertencessem, majoritariamente, às classes mais pauperizadas, a ascensão social de uma parte ínfima dos fiéis e a conversão de membros da classe média, aliadas as promessas da sociedade de consumo, dos serviços de crédito ao consumidor, das atividades de lazer e entretenimento oferecidas pela indústria cultural, forçaram a religião a fazer concessões, ajustando gradativamente suas mensagens e exigências à disposição e às possibilidades de cumprimento por parte dos fiéis. Também houve influência de teologias, literaturas, ritmos musicais e práticas trazidas de outros países, e do surgimento de novas igrejas e novos líderes (MARIANO, 1996).

Com o desejo e as condições necessárias para usufruir “das coisas boas que o mundo podia oferecer” (MARIANO, 1996), era necessário abandonar a concepção teológica vigente e, nesse sentido, a Teologia da Prosperidade surgiu como a resposta aos anseios de justificativa para uma vida de fortuna e felicidade.

Estes, agora, podiam se escudar nas novas concepções bíblicas da TP em vez de ter de recorrer, para seu tormento, à teologia (cf. Mateus 19: 24; Marcos 10: 25 e

Lucas 18:25) que falava a respeito da impossibilidade de o rico entrar no reino dos céus tal como a de o camelo atravessar o buraco de uma agulha. (MARIANO, 1996, p. 28)

Dessa forma, multiplicam as programações diárias, tanto nos templos, como através dos diversos canais de comunicação, que pregam a prosperidade, baseando-se ainda na *Confissão Positiva* (MARIANO, 1996) - crença de que o cristão tem o poder de trazer à existência o que declaram, decretam, confessam ou determinam em alta voz, sejam coisas boas ou más.

Assim, a vitória, a prosperidade, a saúde, a felicidade são destinadas ao crente, que só precisa “tomar posse” das suas bênçãos por meio da fé e da Confissão Positiva. O contrário, o fracasso, é atribuído à falta de fé, a não-confissão ou à ação do Diabo e seus demônios – figuras estas que têm grande destaque nos cultos neopentecostais. Outro elemento marcante do neopentecostalismo é a grande ênfase nas contribuições, os dízimos e ofertas: eles são pré-requisitos para que o fiel seja abençoado, sendo a bênção proporcional ao tamanho da doação, do *desprendimento*.

Nas últimas décadas, o número de cristãos evangélicos, principalmente dos movimentos (neo)pentecostais, vem crescendo constantemente no Brasil. Ao mesmo tempo foi disseminada a ideia da necessidade de um protagonismo político desse segmento, a fim de garantir os interesses da Igreja na condução do Estado, desprezando o princípio da Laicidade do Estado moderno brasileiro, caracterizando um grande avanço do conservadorismo no país.

Mas cabe destacar que na formação social brasileira, marcada pela violência, pela herança escravocrata e anulação do dissenso, o conservadorismo é um elemento estruturante, complexo, que não se reduz a um único segmento, mas se faz presente em toda a sociedade e se reproduz mediante os partidos políticos.

### **Atuação política: a “Bancada Evangélica”**

Diante de tal contexto, torna-se necessário compreender as origens e consequências dessa crescente inserção política aliada a segmentos religiosos. Assim, através da análise documental, buscou-se identificar alguns elementos que merecem destaque no processo de constituição da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e sua consolidação enquanto grupo influente e estratégico no Congresso Nacional, identificando os atores envolvidos e os interesses que representam.

Como abordado anteriormente, o grupo de cristãos evangélicos, notadamente pentecostais, vêm crescendo nas últimas décadas, alcançando um protagonismo político, com representantes que garantam seus interesses (ou seja, interesses da Igreja) na

condução do Estado. Mariano e Moreira (2015) destacam que o ativismo político neopentecostal teve início no final da década de 1970, rompendo com a abstenção da participação política e partidária, até então considerada “mundana”. Em 1986, na Assembleia Nacional Constituinte, houve intensa mobilização do eleitorado religioso em prol dos candidatos oficiais da igreja, sob a justificativa de conter os interesses da Igreja Católica, e de combater os adversários religiosos (homossexuais, feministas, secularistas e políticos de esquerda), bem como de outras pautas, como a defesa da [sua] liberdade religiosa, da família nuclear, da moral e dos bons costumes, dentre outros interesses institucionais. Os autores ainda destacam que:

Desde então, diferentes igrejas pentecostais negociam o apoio a candidatos a cargos ao executivo e procuram eleger seus irmãos de fé, incluindo pastores e bispos, a cargos legislativos. Assim, a cada eleição, Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Maranata, Sara Nossa Terra, Fonte de Vida, entre outras, lançam seus candidatos oficiais para vereador, deputado estadual e federal e até ao Senado. (MARIANO; MOREIRA, 2015, P. 61)

Os pentecostais atuaram em todas as eleições presidenciais após a redemocratização, demonstrando apoio ou resistência aos principais candidatos. Em 2014, tiveram dois candidatos próprios: Marina Silva e o Pastor Everaldo Dias Pereira. (MARIANO; MOREIRA, 2015)

Nesse sentido, a FPE é criada em 2003 e registrada na Câmara dos Deputados. A partir de sua criação, o grupo tem adquirido grande influência no processo legislativo, sendo considerado um grupo estratégico para formação de coalizões e obtenção de apoio político, revelando deste modo, o avanço do conservadorismo no Brasil. É necessário destacar que nem todos os deputados (199) e senadores (4) que assinaram o requerimento de registro da bancada, assim como alguns dos atuais integrantes e apoiadores, não são, de fato, evangélicos. Também fazem parte adeptos de outras religiões, como a católica, bem como grupos de direita. Cabe destacar a pluralidade dos partidos representados, englobando desde os mais conservadores aos mais progressistas, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A tabela a seguir demonstra como ficaram distribuídas as assinaturas, demonstrando o nome do partido, o número de candidatos que subscreveram o documento, e o percentual que este número em relação ao total de deputados eleitos pelo respectivo partido:

Tabela 1: Assinaturas de deputados por partido político.

Partido	Assinatura	%	Partido	Assinatura	%	Partido	Assinatura	%
PTdoB	1	100	PMN	2	67	PR	12	35
PSDC	2	100	REDE	3	50	PMDB	22	33
PSC	11	92	PSB	17	50	PCdoB	3	30
PROS	9	82	PPS	4	40	DEM	6	27
PHS	4	80	PP	14	39	PDT	5	26
PRB	16	76	PSDB	21	39	PV	2	25
PRP	2	67	PSD	14	38	PT	9	13
SD	10	67	PTB	9	36	Sem Partido	1	*

Fonte: Req. 3424/2015 - Câmara dos Deputados.

Assinaram ainda quatro senadores pertencentes ao PSDB, PRB, PT e PR. Nota-se que alguns partidos têm representação maciça na bancada, dentre eles o PRB – Partido Republicano Brasileiro, criado em 2003 vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e que disputou sua primeira eleição em 2006, tendo alcançado um grande crescimento desde então. Em 2014 elegeram 21 deputados federais, e em 2016 foram eleitos 106 prefeitos do partido em todo o Brasil, entre eles, Marcelo Crivella – então senador da república, também integrante da FPE, eleito em 2017 prefeito do Rio de Janeiro. Mariano e Moreira (2015) apontam que em 2010 os evangélicos elegeram 70 deputados federais, a maioria pentecostais, e que chegaram a compor 15% dos parlamentares do Congresso Nacional. Tendo sido eleitos com o apoio institucional das igrejas, muitos não estabeleceram fronteiras entre a atuação política e a religiosa.

O grupo defende ações “voltadas à proteção da família, da vida humana e dos excluídos”, conforme a Ementa do requerimento 3424/2015, da Câmara dos Deputados, que solicita o registro da Frente Parlamentar Evangélica. O que não é coerente com sua atuação política concreta. Porém, discurso e prática não podem ser separados, descolados, pois a *ação também é discurso*. Assim, as aparentes contradições podem revelar outros interesses envolvidos, para além da questão religiosa, como um alinhamento com a agenda econômica do novo governo, que no item III estabelece como objetivo:

Procurar, de modo contínuo, **a inovação da legislação** necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, **combinados com os propósitos de Deus**, e conforme a Sua palavra. (ESTATUTO DA FPE, 2015, p. 1)

O trecho destacado, que corresponde a um dos objetivos da FPE descrito em seu Estatuto, é exemplo de tal “contradição”, pois ao mesmo tempo em que afirma a busca pela inovação legislativa, determina, claramente, a influência de elementos espirituais, que chegam a remeter à Idade Média.

De fato, para além da pauta tradicionalmente por nós defendida, - de preservação dos valores cristãos e de defesa da família -, compreendemos que é chegada a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade, a qual seja consentânea aos mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica. Nesse sentido, cerca de 180 parlamentares federais que comungam dessa visão de mundo foram eleitos no último pleito, o que por si só demonstra a importância deste documento programático, o qual servirá de base de atuação da Frente Parlamentar Evangélica na próxima legislatura. (MANIFESTO A NAÇÃO: O BRASIL PARA OS BRASILEIROS, 2018, p. 2, grifo nosso).

O documento também aponta para o intercâmbio com “entes assemelhados de parlamentos de outros países” com o objetivo de “aperfeiçoar” (2015, p.1) políticas e atuação. Isso revela o alinhamento com o movimento de avanço do conservadorismo no mundo, revelado com a ascensão recente de líderes conservadores.

O segundo documento que propomos analisar é o “Manifesto à Nação Brasileira”, que foi divulgado em meio às eleições de 2018, em pleno debate em torno das eleições presidenciais, em que o posicionamento do grupo está dividido em quatro eixos: “modernização de Estado, segurança jurídica, segurança fiscal e revolução na educação”, na forma de uma “agenda mínima”, que orienta a atuação dos parlamentares integrantes, bem como em forma de cobrança ao executivo federal em troca do apoio fornecido pelo grupo durante o período eleitoral. Assim, algumas ações previstas no documento, como a redução drástica do número de ministérios, foram prontamente implementadas pelo governo eleito. Os quatro eixos apontados no documento se desdobram em diretrizes de ação, que nem sempre são claras.

Tabela 1: Diretrizes de ação do Manifesto à Nação Brasileira

Modernização de Estado	Enxugamento da máquina e racionalidade administrativa
	Desburocratização, governança e transparência
	Governo digital e efetividade dos serviços públicos
	Princípio constitucional da subsidiariedade e as parcerias com o setor privado
Segurança jurídica	A Segurança Jurídica como valor fundamental
	Consolidação normativa, racionalidade e cidadania
	O devido processo legal e o Novo Processo Administrativo brasileiro
Segurança fiscal	Modernização tributária: racionalidade e justiça fiscal
	Modernização previdenciária: sustentabilidade econômica e combate aos privilégios
	Responsabilidade fiscal e independência da Autoridade Monetária
	Modernização Comercial: a nova “abertura dos portos às nações amigas”

Revolução na educação	Mérito: a base de um sistema educacional de sucesso
	Escola sem ideologia e escola sem partido
	O novo ensino superior brasileiro
	Eficientização dos recursos destinados à educação – prioridade à universalização do ensino básico e técnico de qualidade

Fonte: “Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros”. FPE, 2018.

Assim, é possível constatar que o grupo defende um projeto amplo a ser assegurado por meio de projetos de lei e reformas que seus representantes viabilizarão ao longo de seus respectivos mandatos, através de alianças e acordos políticos.

Os argumentos presentes nos documentos, utilizados para justificar algumas ações propostas, merecem destaque, em função da ocultação/inexistência de fontes de dados e informações, mas sendo utilizados como ferramenta de legitimação do discurso, refletindo a ideologia de mercado, neoliberal no aspecto econômico. A exemplo destaca-se o seguinte trecho, que defende a necessidade de reduzir a máquina pública.

No Brasil, ser servidor público é anseio dos jovens, – em detrimento do empreendedorismo ou de uma carreira na iniciativa privada –, tendo em vista o fim em si mesmo que o funcionalismo se tornou: **um conjunto de privilégios, com estabilidade, independentemente de qualquer avaliação de desempenho ou de satisfação de seu cliente, o cidadão.** (FPE, p. 5, grifo nosso)

O documento demonstra certa crítica à expectativa de estabilidade do serviço público como atrativo aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que valoriza o empreendedorismo – um dos fundamentos da ideologia do mercado, com a qual a bancada se identifica. A estabilidade é apontada como privilégio, por se dar independentemente do desempenho do servidor público, justamente para marcar a posição econômica liberal, de redução do Estado e transferência da gestão de pessoal da esfera pública para o mercado, tendo como finalidade tornar o Estado uma representação cada vez mais forte dos interesses privados. Tal enunciado significa também a intenção de marcar posição em relação a necessidade de reformas na Constituição, tendo em vista que ignora a Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. A nomeação do servidor público é realizada mediante concurso público, tendo que assinar um termo de compromisso e seguir um estágio probatório mediante o qual será avaliado por três anos seguidos por uma comissão de pares de cargo superior, cujos critérios de avaliação são “assiduidade, disciplina, produtividade e responsabilidade” (BRASIL, 1990).

Além disso, a própria Constituição Federal trata deste tema, estabelecendo que o servidor público estável pode perder o cargo “mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa” (BRASIL, 1988).



A construção da argumentação transita do liberalismo econômico para um radical conservadorismo ao tratar o eixo “Revolução na Educação”, com a utilização de termos como “democratismo comunista”, que segundo o documento significa “a destruição do ensino de qualidade, pois, quanto mais ideológico, mais ele se torna improdutivo, ineficiente e corrupto.” (FPE, p. 53).

A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas **o desprezo pelo esforço, pelo estudo**, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram **instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários.**

**A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico-universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã**, atingindo duramente o Cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália Fascista e na Alemanha Nacional-Socialista, China, Cuba etc. O mérito é rigorosamente democrático, todos podem conquistá-lo. (FPE, p. 53)

A universidade pública, foi um dos primeiros espaços a ser combatido, em nome do projeto liberal e populista conservador, sem qualquer respeito pela tradição científica e preocupação com os efeitos nefastos das medidas preventivas à crise econômica que o país enfrenta. A crise é a justificativa para a ofensiva contra a educação pública que, por sua vez deve ser reduzida aos cursos e pesquisas funcionais, conforme a orientação positivista pragmática do governo. Não há qualquer sensibilidade com o conhecimento e a comunidade científica, em nome dos valores da família, da propriedade e da religião, contra os direitos das minorias sociais: LGBTQ+, comunidades tradicionais, indígenas, mulheres e negros. Os novos valores defensores dos direitos sociais tornaram-se ponto de ataque, “instrumento ideológico” de uma corrida contra a suposta e iminente *revolução comunista*. São estabelecidas ligações de sentido sem qualquernexo causal, ou mesmo de lógica.

O documento é marcado pela crítica ao que chama de “discursos ideológicos”, mas ao mesmo tempo reflete a ideologia burguesa na defesa de valores elitistas, em que a meritocracia é a solução para o problema da educação no país. Tal ideia mascara a realidade de grande desigualdade social que perdura no Brasil ao longo da história e reforça a divisão de classes. A meritocracia só funcionaria, de fato, se houvesse igualdade de oportunidades, pois não é possível acontecer uma competição justa entre desiguais. A meritocracia é apontada ainda como solução para a baixa produção tecnológica no país:

O Brasil não cria patentes. Para começarmos a vencer esse atraso impressionante é necessário termos um sistema de ensino fundado na meritocracia, em permanente ascensão de conhecimento, sempre visando a mais alta qualidade em todas as etapas, da Educação Básica ao Doutorado. (FPE, p. 54)

A formação social brasileira é desconsiderada: um país predominantemente agrário, com uma forte herança escravista, integrado à economia mundial de forma dependente, subalternizada aos interesses dos países capitalistas centrais. Exportamos produtos

primários e importamos tecnologia – e a causa deste cenário não é a falta de meritocracia na educação, do contrário, esta não pode ser, portanto, a solução para o problema.

O conceito da *ideologia de gênero* é criado para denominar os avanços conquistados no debate e direitos da mulher e comunidades LGBTQ+ os quais devem ser destruídos, para tal é necessário indicar as fontes políticas, como partidos e movimentos sociais, os denominados comunistas, como o Partido dos Trabalhadores (PT) que precedeu o então governo durante treze anos. Defendem o papel da família na educação sexual das crianças em contraposição a “uma ideologia da pornografia” (FPE, 2018, p. 54), supostamente difundida nas escolas públicas do país.

Ao mesmo tempo, o documento sustenta que a escola deve promover uma educação moral, porque “faz a liga da cidadania, e cria resistências contra o crime organizado em todos os setores da vida nacional”. (FPE, 2018, p. 56). Mais uma vez determinantes históricos e sociais são desconsiderados, como se o crime estivesse ligado, exclusivamente, a uma questão moral, de falta de caráter, e não como consequência da miséria e pobreza, das desigualdades e tantas outras expressões da “questão social”. (SANTOS, 2012)

Fica evidente, portanto, a fragilidade dos argumentos utilizados, sem apresentar dados validados, mas baseados apenas no senso comum e em discursos moralistas com fundo liberal conservador, como direção a ser adotada para a chamada “revolução cultural”. Alguns conceitos utilizados, como a *ideologia de gênero*, têm sido fortemente difundidos na sociedade, sobretudo nos segmentos evangélicos, sendo taxados, em tom alarmista, como ameaça a *família tradicional*, devendo, segundo o grupo, ser combatidos através de uma postura conservadora.

### **Considerações Finais**

O número de evangélicos (neo)pentecostais vem aumentando nas últimas décadas, fortalecendo o poder e a influência das grandes corporações da fé. Discursos alarmistas, baseados em informações inverídicas, em dados inventados, ou ainda sem demonstrar suas fontes, têm sido cada vez mais difundidos, no intuito de se criar um inimigo – *a esquerda comunista e imoral* – que deve ser combatido. E a solução apontada por este segmento tem seguido em direção ao conservadorismo, ao fundamentalismo religioso<sup>4</sup>, e à intervenção da

---

<sup>4</sup> Entendemos que o fundamentalismo religioso, em se tratando do segmento evangélico/(neo)pentecostal, se baseia na crença em uma verdade absoluta, na “revelação divina” que é inquestionável e supra-histórica; na visão idealizada e petrificada do passado, que recusa as transformações sociais ao longo do tempo, sobretudo em relação à família, sexualidade, ciência, entre outras; na concepção totalitária de mundo que busca disciplinar a sociedade pelo conteúdo de suas crenças individuais; e na aversão à diversidade, que se manifesta de forma intolerante e violenta.

religião na política, através de representantes que promovam a defesa de pautas que representem seus interesses.

Assim, líderes religiosos vêm alcançando cada vez mais espaço na política, se utilizando da falta de conhecimento e capacidade de análise crítica da realidade por parte dos fiéis, que em sua maioria pertencem à classe mais pauperizada da sociedade. E esse fenômeno ficou muito evidente nas últimas eleições, com campanhas baseadas em discursos religiosos, com a difusão de *fake news* – grande marca do processo eleitoral de 2018 – que alarmaram os adeptos a esse segmento, causaram medo e revolta, ao mesmo tempo em que os candidatos eram apresentados como pessoas ideais para combater todo aquele absurdo – *ideologia de gênero*, legalização do aborto e até a suposta legalização da pedofilia.

Mas o discurso moralista camufla o apoio aos interesses das grandes elites, da manutenção dos privilégios, alinhamento do país, ainda de maneira subalternizada, com os interesses internacionais dos países capitalistas centrais, sobretudo dos EUA, cujo armamentismo xenofóbico e anti-muçulmano tem servido para a disputa dos evangélicos nos países de cultura hegemônica islâmica. Alinha-se ao avanço do conservadorismo no mundo, gerando grande preocupação por parte das forças democráticas, sobretudo em relação à minorias, não em números mas em representatividade. que vêm sendo sistematicamente ignoradas e até mesmo combatidas: mulheres, negros, índios, LGBTQ+ entre outros.

Conclui-se que a sociedade enfrenta um momento *sombrio*. Momento em que o caráter ultraconservador das elites, também apoiada pela classe média, tem ficado cada vez mais evidente, com os ataques vorazes aos direitos sociais, bem como aos direitos civis, com as tentativas de cerceamento das liberdades individuais de pensamento, manifestação e a liberdade religiosa – que não seja a evangélica. Frente às pautas da extrema direita que se ampliam no Brasil e no mundo, é necessário análise e reflexão sobre esta realidade, a fim de se construir uma resistência democrática.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 1991.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA – FPE. **Manifesto à Nação: O Brasil para os brasileiros**. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MARIANO, Ricardo. **Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade**. Novos Estudos CEBRAP, 44: 24-44, 1996.

MARIANO, Ricardo; MOREIRA, Alberto da Silva. **Expansão, diversificação e transformação do Pentecostalismo no Brasil**. In: Pentecostalismo Globalizado. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social, particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.